

TRAJETÓRIAS E DEMANDAS POR DIREITOS HUMANOS: A MULHER NEGRA NA CONSTITUINTE DE 1988

Jahyra H. P. dos Santos ¹
Ivanna Pequeno dos Santos ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória da mulher negra na Constituinte de 1988, em defesa dos direitos humanos. Identifica-se a participação da mulher negra nos grupos sociais que demandavam direitos junto aos constituintes, bem como na composição da bancada feminina. A Constituição Federal, como norma máxima de um Estado, baliza uma série de valores que subsidiam as leis para que estas sejam compatíveis com a norma ápice, ou seja, para que possam ser consideradas constitucionais. Neste sentido, com a constituinte emerge uma nova ordem jurídica e social para o país, daí a importância do estudo do momento histórico, o que, por si só, justifica a relevância do tema. Parte-se da seguinte questão: como se organizaram os movimentos sociais negros, especificamente das mulheres, em defesa de direitos e garantias? Como resultado do estudo, defende-se que as discussões da constituinte contou com a participação do ativismo negro, porém, em relação a sua representação na Assembleia Nacional Constituinte, houve um claro deficit. A pesquisa é eminentemente bibliográfica e exploratória.

Palavras-chave: Direitos humanos. Constituinte de 1988. Mulher. Negra.

Simpósio Temático: Relações étnico-racial, gênero e sexualidade: história e educação em direitos humanos

1 Professora universitária, Mestre em direito constitucional, Universidade Regional do Cariri, jahyra@oi.com.br, Crato, Ceará, Brasil.

2 Professora universitária, Mestre em direito constitucional, Universidade Regional do Cariri, Ivannapequeno@yahoo.com.br, Crato, Ceará, Brasil.